



**EDITAL**  
**Nº 09/2026**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2026**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026**

Órgão Licitante: Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Promissão
Tipo: <b>MENOR PREÇO UNITÁRIO.</b>
<b>Publicação:</b> publicado em forma resumida no Diário Oficial Eletrônico do Município, Portal Nacional de Contratações Públicas, Jornal de grande circulação e no Portal da Transparência do Município, pelo link: <a href="http://Kaingang.comunicapromissao.com.br:8079/transparenciaautarquia/?AcessoIndividual=LnkMenuInicio">Kaingang.comunicapromissao.com.br:8079/transparenciaautarquia/?AcessoIndividual=LnkMenuInicio</a>
Edital na íntegra poderá ser retirado gratuitamente no endereço: <a href="https://www.saaepromissao.com.br/portal/editais/1">https://www.saaepromissao.com.br/portal/editais/1</a>
Data da realização: <b>18/05/2026</b>
Horário de início da sessão: <b>09:00 horas (horário de Brasília).</b>
Início dos lances: <b>09:00 horas.</b>
Local: A sessão pública dar-se-á por meio de Sistema Eletrônico no endereço: <a href="http://kaingang.comunicapromissao.com.br:8079/compraseditala/">http://kaingang.comunicapromissao.com.br:8079/compraseditala/</a>
Modo de disputa: <b>Aberto</b>
Participação: <b>Ampla</b>
Data limite para solicitação da chave: último dia útil anterior à realização do certame, até às <b>08:59 do dia 18/05/2026</b>
Informações adicionais podem ser obtidas no setor de licitação através do tel. 14 3541-0577, e-mail: <a href="mailto:licitacao@saaepromissao.com.br">licitacao@saaepromissao.com.br</a>

**O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PROMISSÃO/SP**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 44.558.849/0001-50, estabelecido na Rua Roque Francisco da Cunha nº 19, nesta cidade de Promissão, Estado de São Paulo, representada neste ato por seu Diretor, Sr. **THIAGO AUGUSTO DE SOUSA FERREIRA**, portador do RG: nº 47.965.610-1 e CPF/MF n.º 393.855.648-03, torna público que se acha aberta nesta unidade, licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, no registro de preço para aquisição de concreto estrutural usinado, nas

resistências características de Fck 15 MPa, 20 MPa, 25 MPa e 30 MPa, conforme especificações da Associação Brasileira de Normas Técnicas, em especial a NBR 8953, bem como a aquisição de pó de pedra, conforme a NBR 7211:2019, e de 3.000 m<sup>3</sup> de BGS (Brita Graduada Simples), conforme especificação técnica do Departamento de Estradas de Rodagem de São Paulo, ET-DE-P00/008 A. Este certame será regido pela Lei Federal nº 14.133/21, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 6.964 de 09 de janeiro de 2023 e da Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014 e demais normas aplicáveis e pelas condições estabelecidas no presente edital.

## **1 - OBJETO**

1.1 A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço pra aquisição de concreto estrutural usinado, nas resistências características de Fck 15 MPa, 20 MPa, 25 MPa e 30 MPa, conforme especificações da Associação Brasileira de Normas Técnicas, em especial a NBR 8953, bem como a aquisição de pó de pedra, conforme a NBR 7211:2019, e de 3.000 m<sup>3</sup> de BGS (Brita Graduada Simples), conforme especificação técnica do Departamento de Estradas de Rodagem de São Paulo, ET-DE-P00/008 A, conforme descrições contidas no Termo de Referência incluídos no processo

### **1.2 Compõem este Edital os ANEXOS:**

**ANEXO I**–Termo de Referência/ Modelo de Proposta;

**ANEXO II**–Declaração Unificada;

**ANEXO III**–Ata de Registro de Preços;

**ANEXO IV**–Termo de Ciência e Notificação;

**ANEXO V**–Dados Necessários para a assinatura da Ata de Registro de Preços.

## **2 - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:**

2.1 O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do Sistema FIORILLI (licitações - Portal de Licitações - acesso identificado). A utilização do sistema de pregão eletrônico está

consubstanciada nos incisos XLI, XLV do Artigo 6º, § 5º do art. 8º, inciso I do art. 28 e art. 29 da Lei Federal nº 14.133/21.

2.2 Os trabalhos serão conduzidos pelo servidor do Serviço Autônomo de Água e Esgoto, denominado Agente de contratação público, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “Licitações” constante da página eletrônica da Autarquia:  
<https://www.saaepromissao.com.br/portal/editais/1>

2.3 A Autarquia não se responsabiliza por eventuais quedas, falhas ou perdas de conexão, que ocorrerem com as proponentes participantes durante a sessão virtual, inclusive durante a fase de lances, por problemas de velocidade, bloqueios ou pouca habilidade.

2.4 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Autarquia ou de sua desconexão.

2.5 O licitante interessado deverá observar as datas e os horários limites previstos no presente Edital para o credenciamento junto ao provedor do sistema para participação da licitação, bem como o cadastramento e a abertura da proposta, atentando também para a data e horário para início da disputa.

2.6. O cadastro no sistema será efetuado junto a PLATAFORMA ELETRÔNICA no endereço <http://kaingang.comunicapromissao.com.br:8079/compraseditala/>, na opção SOLICITAR CHAVE DE ACESSO, no canto direito da tela.

2.6.1. Após encaminhar a solicitação, será enviada por e-mail a chave de identificação e a senha. O cadastro será feito apenas uma vez.

2.6.2. O manual do fornecedor, desenvolvido para auxiliar na operação do Portal de Compras, está disponível no endereço: <https://ajuda.fiorilli.com.br/scpi/scpi9-pregao/2060/>

2.7. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do Licitante Interessado ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade para realização das transações inerentes a este Pregão.

2.8. O Licitante Interessado responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

### **3 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

3.1 Poderão participar deste Pregão Eletrônico os interessados pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação, conforme disposto nos respectivos atos constitutivos, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus ANEXOS.

**3.2 - Será concedido tratamento favorecido para ME/EPP/MEI, nos limites previstos da Lei complementar Federal nº 123/06 e no artigo 4º, da Lei Federal nº 14.133/21**

3.3 - Não poderão participar desta licitação os interessados:

3.3.1 – Encontrar-se em situação de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, sem o plano de recuperação homologado pela Justiça, concurso de credores, dissolução, liquidação ou empresas estrangeiras que não funcionem no País;

3.3.2 – Em dissolução ou em liquidação;

3.3.3 – Pessoa jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção de:

3.3.3.1 – Impedimento de licitar e contratar com o Município de Promissão, nos termos do artigo 156, inciso III e §4º, da Lei Federal nº 14.133/21.

3.3.3.2 – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar em qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, direta ou indireta, na forma prevista no artigo 156, inciso IV e §5º, da Lei Federal nº 14.133/21.

3.3.3.3–As regras de impedimento de participação na licitação definidas nos subitens 3.3.3.1 e 3.3.3.2, também serão aplicadas ao Licitante Interessado que atue em substituição a outra pessoa jurídica, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do Licitante Interessado.

3.3.4–Pessoa jurídica cujo sócio, diretor, presidente, proprietário ou empresário mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do Serviço Autônomo de Água e Esgoto e com a Prefeitura Municipal de Promissão ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do artigo 14, da Lei Federal nº 14.133/21.

3.3.5–Que sejam controladoras, controladas, coligadas ou subsidiárias entre si, nos termos da Lei Federal nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976;

3.3.6 – Que se enquadrem nas hipóteses previstas nos incisos I, II e III do artigo 14, da Lei Federal nº 14.133/21.

3.3.7 – Pessoa jurídica, sócios e/ou diretores proibidos de contratar com o Poder Público nos termos do art. 12 da Lei Federal nº 8.429/92 – Lei de Improbidade Administrativa;

3.3.8 – Pessoa jurídica que, nos 5 [cinco] anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3.4 - A ME/EPP/MEI, além da apresentação da declaração constante no ANEXO III, para fins de habilitação, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, informar no campo próprio da ficha técnica descritiva do objeto consoante com o modelo do ANEXO III, o seu regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade do desempate, conforme ART's. 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123/06.

#### **4 - FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS**

4.1-Os interessados que tiverem dúvidas de caráter técnico ou legal quanto à interpretação dos termos deste Edital poderão solicitar os pedidos de esclarecimentos, providências do ato convocatório do pregão, até 03 (três) dias úteis anteriores a data fixada para abertura das propostas, preferencialmente pelo e-mail: [licitacao@saaepromissao.com.br](mailto:licitacao@saaepromissao.com.br)

4.2. Em caso de impugnação ao ato convocatório, o Agente de contratação público decidirá sobre a petição no prazo de até 3 (três) dias úteis, cuja resposta será divulgada no sítio eletrônico oficial desta Autarquia, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

4.3 Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do Pregão e publicado nos mesmos meios de comunicação publicados anteriormente;

4.4. Não serão conhecidas impugnações apresentadas fora do prazo legal e/ou subscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo Licitante Interessado;

#### **5 - REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME**

5.1-O certame será conduzido pelo Agente de contratação público, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições, conforme o Decreto Municipal nº 6964/2023

I-Conduzir a sessão pública;

- II-Receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;
- III-Verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;
- IV-Coordenar a sessão pública e o envio de lances, quando for o caso;
- V-Verificar e julgar as condições de habilitação;
- VI-Sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;
- VII-receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão;
- VIII - indicar o vencedor do certame;
- IX - Adjudicar o objeto, quando não houver recurso;
- X - Conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e
- XI-encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente e propor a sua homologação.

## **6 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**6.1. Os Licitantes Interessados encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, a proposta de preços com a descrição dos objetos ofertados, e poderão ainda, a critério do Licitante Interessado, incluir concomitantemente os documentos relativos à Habilitação**, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

6.2. O encaminhamento de proposta para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O Licitante Interessado será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

6.3. Na hipótese do Licitante Interessado ser ME/EPP, o sistema importa essa informação dos dados cadastrais da empresa, por isso é importante que essa informação esteja atualizada por parte do Licitante Interessado sob pena do licitante enquadrado nesta situação não utilizar dos benefícios do direito de preferência para o desempate, conforme estabelece a Lei Complementar Federal nº 123/06.

6.4. O envio da proposta, e documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

6.5. Incumbirá ao Licitante Interessado acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus

decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.6. Até a abertura da sessão pública, os Licitantes Interessados poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

6.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do Licitante Interessado melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação da pregoeira e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

## **7 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

7.1. O Licitante Interessado deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.1. Item, que deverá estar dentro das especificações contidas no Anexo I - Termo de Referência.

7.1.2. Preço unitário do item, e o total, em algarismos, apurados à data de sua apresentação, expressos em moeda corrente nacional, incluindo, além do lucro, todas as despesas resultantes de impostos, taxas, tributos, fretes e demais encargos, assim como todas as despesas diretas ou indiretas relacionadas com o integral fornecimento do objeto da presente licitação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária;

7.1.3. Indicação de marca, modelo e procedência que identifiquem o produto cotado, em conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência - Anexo I do Edital.

7.1.4. **Prazo de entrega será de até 05 (cinco) dias úteis após o pedido, conforme constar na requisição/nota de empenho.**

7.1.5. O Prazo de validade da proposta será de 90 (noventa) dias contados da data da sessão de processamento do Pregão Eletrônico.

7.1.6. Não serão admitidas cotações inferiores à quantidade previstas neste Edital nem com preterição de município.

7.2. A proposta de preços escrita deverá ser preenchida conforme Modelo de Proposta-Anexo I deste edital, além dos preços, marca/modelo (quando for o caso) e descrição detalhada, deverá ainda conter:

**a) Preço unitário e total**

**b) Marca/Modelo e descrição detalhada, podendo anexar folder ou demais documentos que entender necessário**

**c) Razão social, endereço completo e CNPJ da licitante, referência ao número do Pregão.**

**d) Meios de comunicação disponíveis para contato, por exemplo, telefone e endereço eletrônico.**

**e) Qualificação do preposto autorizado a firmar o registro de preço, tais como, nome completo, CPF, carteira de identidade.**

**f) A proposta escrita deverá estar assinada pelo responsável do Licitante Interessado, representante legal através do Contrato Social ou Procurador, podendo ser a procuração pública ou particular.**

## **8-DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, FORMULAÇÃO DE LANCES E DA ANÁLISE DE DOCUMENTOS DA LICITANTE VENCEDORA**

8.1 - A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.1.2-O encaminhamento da proposta para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O Licitante Interessado será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

**8.1.3 - Deverá ser preenchida a proposta eletrônica e também ANEXAR A PROPOSTA ESCRITA E ASSINADA (pode ser utilizada a mesma proposta eletrônica, porém, deverá ser assinada e contendo todas as exigências conforme item 7 deste edital).**

**Obs. 1. A proposta ESCRITA E ASSINADA deverá ser anexada ao sistema no momento do preenchimento da proposta eletrônica, sendo imprescindível para a análise e classificação.**

**Obs. 2. A proposta anexada só poderá ser acessada pelo Agente de contratação público no final da fase de lances, não havendo riscos, portanto, na identificação do Licitante Interessado na mesma.**

8.1.4-O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.1.5-O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens (chat) entre o Agente de contratação público e aos Licitantes Interessados. O Agente de contratação público não atenderá Licitantes Interessados durante a sessão, seja via telefone, e-mail ou outro meio que não seja o Chat do Sistema.

8.1.6-Iniciada a etapa competitiva, os Licitantes Interessados deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.1.7-O lance deverá ser ofertado pelo **VALOR UNITÁRIO do item.**

8.1.8-Os Licitantes Interessados poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.1.9 – O Licitante Interessado somente poderá oferecer lance de menor valor ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.1.10-Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.1.11–Fica a critério do Agente de contratação público a autorização da correção de lances com valores digitados errados ou situação semelhante, durante a disputa de lances, não é possível corrigir lances de proposta ou depois da fase de lances.

8.1.12–Durante o transcurso da sessão pública os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

8.1.13 –O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **1% (um por cento)** em relação ao lance anterior.

8.1.14–O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo Licitante Interessado não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 03 (três) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

8.1.15 – Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **MODO DE DISPUTA “ABERTO”**, em que os Licitantes Interessados apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.1.16 A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos por item e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

8.1.17–A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.1.18– Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a fase competitiva encerrar-se-á automaticamente.

8.1.19 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Agente de contratação público, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do menor preço.

8.1.20 Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

8.1.21 O lance final não poderá estar com valor superior ao máximo fixado no edital (referente ao valor unitário do item, caso o mesmo não seja sigiloso) e não havendo lances com valores iguais ou inferiores, serão desclassificados.

8.2-No caso de desconexão com o Agente de contratação público, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos Licitantes Interessados para a recepção dos lances, retornando o Agente de contratação público, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.

8.2.1-Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de contratação público persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será

suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Agente de contratação público aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação (chat).

8.3-O Critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO UNITÁRIO**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

8.4-Caso o Licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.5-A ordem de apresentação pelos Licitante Interessado é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto, quando for o caso.

8.6-Havendo empate entre 02 (duas) ou mais proposta, será aplicado o disposto no artigo 60, da Lei Federal nº 14.133/21.

8.6.1-**Em caso de empate nos lances, será solicitada a realização de um desempate. Se o empate persistir, será efetuado um sorteio eletrônico para definir o vencedor.**

8.7-Será desclassificada a proposta que:

8.7.1 – Contiver vícios insanáveis;

8.7.2 – Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital;

8.7.2.1-Considera-se inexecutável a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio Licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração;

8.7.2.2-O Agente de contratação público poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir da licitante que ela seja demonstrada, conforme disposto no inciso IV do *caput* do artigo 59, da Lei Federal nº 14.133/21.

8.7.3-Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.4-Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências do Edital, desde que insanável.

8.7.5 – Não apresentar a marca/modelo se for o caso.

8.8-O Agente de contratação público poderá solicitar ao Licitante Interessado que apresente imediatamente documento contendo as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.9-Havendo necessidade, o Agente de contratação público suspenderá a sessão, tendo o prazo mínimo de 24 horas para a reabertura da sessão após a suspensão, garantindo que todos os participantes sejam notificados.

8.10-Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Agente de contratação público poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico,

contraproposta ao Licitante Interessado que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

8.10.1- A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais Licitantes Interessados.

**8.10.2- O Agente de contratação público solicitará ao Licitante melhor classificado que, dentro do prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta readequada ao último lance ofertado após a negociação realizada,**

**acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários, à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, que deverá ser anexada junto a plataforma eletrônica.**

8.10.3- Após a negociação do preço, o Agente de contratação público iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8.10.4- A negociação poderá ser feita com os demais Licitantes Interessados, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.10.5- Após a negociação pelo Agente de contratação público, terá o seu resultado divulgado a todos os Licitantes Interessados.

**8.11 - O licitante classificado em primeiro lugar será notificado pelo Agente de contratação público a apresentar, dentro do prazo determinado pelo Agente de contratação público, os documentos relativos à HABILITAÇÃO, caso ainda não tenha inserido no sistema, estes deverão ser anexados na plataforma eletrônica no prazo máximo de 2 (duas) horas, cuja relação encontra-se no item 11, deste Edital.**

8.11.1- O prazo para envio dos documentos poderá ser prorrogado, a critério do Agente de contratação público, mediante justificativa do Licitante Interessado.

8.11.2- A sessão pública fica suspensa, ou seja, permanece em fase de classificação/habilitação até o recebimento da documentação “pendente” dentro das condições dispostas no item 8.11.

8.12- Apresentados os documentos de habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

8.12.1- Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos Licitantes Interessados e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

8.12.2- Atualização de documento cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.13- Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de contratação público poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.14-Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o Agente de contratação público examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também nessa etapa o Agente de contratação público poderá negociar com o participante para que seja obtido preço menor.

**8.15-Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação.**

8.16 - Na sequência, observar-se-á para o novo Licitante Interessado o disposto nos itens 8.10 e 8.11, deste Edital.

8.17 - Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital e inexistindo interposição de recursos, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço.

8.18-Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

8.18.1-O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

## **9 - PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO**

9.1-O encaminhamento de proposta para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O Licitante Interessado será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

**9.2-No preenchimento da proposta eletrônica DEVERÃO, obrigatoriamente, ser informadas no campo próprio as ESPECIFICAÇÕES e MARCA do objeto ofertado, em consonância à da proposta escrita, que também deverão conter as especificações e marcas dos serviços e/ou produtos. A ausência das informações sobre a proposta implicará na desclassificação da mesma.**

9.3-Na hipótese do Licitante Interessado ser ME/EPP/MEI, o sistema importa esse regime dos dados cadastrais da empresa, por isso é importante que essa informação esteja atualizada por parte do Licitante Interessado sob pena do Licitante Interessado enquadrado nesta situação não utilizar dos benefícios do direito de preferência para o desempate, conforme estabelece a Lei Complementar Federal nº 123/06.

## **10 - APLICAÇÃO DO CAPÍTULO V DA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 123/2006**

10.1 - Em atendimento ao disposto no Capítulo V da Lei Complementar Federal nº 123/06, serão observados os seguintes procedimentos:

10.1.1 – Ao final do lance, se a proposta de menor lance não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e o sistema eletrônico identificar que houve proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta de menor lance, será procedido o seguinte:

a) A microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada, será convocada pelo sistema eletrônico, para apresentar nova proposta inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicada em seu favor o objeto do pregão.

b) No caso de empate de propostas apresentadas por microempresas ou empresas de pequeno porte que se enquadrem no limite estabelecido no subitem 10.2, o Agente de contratação público alertará para que realizem o desempate, caso persista o sistema realizará um sorteio eletrônico entre elas para que se identifique aquela que primeiro será convocada para apresentar melhor oferta, na forma do disposto na alínea “a”.

c) Não sendo vencedora a ME/EPP/MEI melhor classificada, na forma da alínea “a” anterior, serão convocadas as remanescentes, quando houver, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

10.2 – As microempresas E as empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

10.3 – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado **o prazo de cinco dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

10.4–A não-regularização da documentação, no prazo previsto no item 10.3, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado à Administração convocar os Licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do registro de preço, ou revogar a licitação.

10.5–As disposições a que se refere este item 10 não são aplicadas:

10.5.1–No caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

10.5.2 – No caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

10.6-A obtenção de benefícios a que se refere este item 10 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, cuja declaração deverá ser apresentada para fins de habilitação, conforme letra “e”, do item 10.4, deste Edital.

10.6.1-Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual da Ata de Registro de Preços na aplicação dos limites previstos nos itens 10.5 e 10.6, deste Edital.

## **11 - HABILITAÇÃO**

11.1–Os documentos de habilitação deverão estar em nome do Licitante Interessado, incluindo o número do CNPJ e o endereço correspondente à sede da empresa. Não será aceito que alguns documentos se refiram à matriz e outros à filial. Caso o Licitante Interessado seja a matriz e a execução dos serviços seja realizada pela filial, os documentos de habilitação deverão ser apresentados em nome de ambas as unidades, de forma simultânea.

11.2–Os documentos de habilitação deverão estar em plena vigência e, na hipótese de inexistência de prazo de validade expresse no documento, deverão ter sido emitidos há menos de 90 (**noventa**) dias da data estabelecida para o recebimento das propostas.

### **11.3. HABILITAÇÃO JURÍDICA (ART. 66, LEI FEDERAL Nº 14.133/2021)**

a) **Contrato social**, Declaração de Firma Individual e ou Declaração de Microempendedor;

### **11.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (Art. 67, Lei Federal nº 14.133/2021)**

a) **No mínimo um atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove o fornecimento de objetos iguais ou similares aos constantes no edital.**

a.1) O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia da Ata de Registro de Preços que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

b) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações para o cumprimento das obrigações objeto da licitação - **DISPENSADA SE CONSTAR NA DECLARAÇÃO UNIFICADA.**

c) Os atestados deverão conter as seguintes informações mínimas: nome e cargo da pessoa que os assina;

d) Fica esclarecido que as licitantes poderão apresentar tantos atestados quantos entenderem necessários para a comprovação da capacidade técnico-operacional exigida neste subitem;

e) **As certidões ou atestados poderão ser substituídos por outra prova de que a empresa possui conhecimento técnico e experiência prática na execução de objeto de características semelhantes, a exemplo de notas fiscais, atas ou contratos;**

**11.5. PROVA DE REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA (ART 68, LEI FEDERAL 14.133/2021)**

a) Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas** do Ministério da Fazenda (CNPJ);

b) Inscrição no **Cadastro De Contribuintes estadual e/ou municipal**, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de Regularidade para com a **Fazenda Federal**, mediante apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal, inclusive abrangendo as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do artigo 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;

d) Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual**, que deverá ser comprovada através da apresentação de "Certidões Negativas ou Certidões Positivas com efeito de Negativa expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado" em que estiver situado o licitante ou declaração de isenção ou de não incidência assinada pelo representante legal do licitante, sob as penas da lei;

e) Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do licitante, podendo ser apresentada certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, referente a tributos mobiliários.

f) Prova de regularidade de débitos do **FGTS** (CRF – Fundo de Garantia de Tempo de Serviço);

g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – **CNDT** (Lei n. 12.440, de 07 de julho de 2011);

**11.6. PROVA DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (ART. 69, LEI FEDERAL 14.133/2021)**

a) **Certidão Negativa de Feitos Sobre Falência** expedida pelo distribuidor da sede do licitante (Art. 69, caput, inciso II, Lei Federal nº 14.133/2021).

**11.7. DOCUMENTAÇÕES COMPLEMENTARES (DECLARAÇÕES):**

a) Declaração unificada, conforme **ANEXO II**;

b) Se for o caso, declaração de ME/EPP, e de que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta

máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme **ANEXO III**;

c) Dados para Assinatura do registro de preço, conforme **ANEXO VI**.

## **12 - RECURSOS**

12.1-Ao final da sessão, o Licitante Interessado que desejar recorrer contra decisões do Agente de contratação público poderá fazê-lo, através do seu representante, manifestando sua intenção com registro da síntese das suas razões, sendo-lhes facultado juntarem memoriais no prazo de 03 (**três**) dias úteis.

12.1.1-Os interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.

12.2. O recurso poderá ser interposto em face de:

- a) do resultado do julgamento das propostas;
- b) da análise da habilitação; e
- c) da anulação ou da revogação da licitação.

12.3-A manifestação de intenção de recurso interposto contra a decisão do Agente de contratação público nos atos praticados na sessão deverá ser arguida pelo interessado ao final da sessão. O silêncio importará na preclusão do direito ao recurso.

12.4-O recurso deverá ser dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar **no prazo de 3 [três] dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 [vinte] dias úteis,** contado do recebimento dos autos.

12.5 - Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente.

12.6 - Os recursos terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.7-O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.8-Os Esclarecimentos e Recursos deverão ser anexados no sistema em campo próprio ou enviado para o e-mail [licitacao@saaepromissao.com.br](mailto:licitacao@saaepromissao.com.br)

12.9-Será assegurado ao o Licitante Interessado vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.9 - Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

## **13 - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

13.1 - Os recursos financeiros para as despesas com a aquisição do objeto serão atendidos pela dotação própria do orçamento vigente:

**Órgão:** 01 SAAE, SERV. AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

**Unidade executora:** 02 Captação, Tratamento e Distribuição de Água

**Funcional Programática:** 04.122.0013.2133-Manutenção Departamento de Água

**Categoria Econômica:** 3.3.90.30-Material de consumo

Fonte 01 – Recurso Próprios

## **14 - DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

14.1 – Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

14.1.1 - determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

14.1.2 - revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

14.1.3 - proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

14.1.4 - homologar a licitação.

14.2 - Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

14.3 - O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

14.4 - Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

14.5 - Os documentos exigidos para habilitação deverão ser apresentados SOMENTE PELO LICITANTE VENCEDOR, após convocação realizada em sessão pelo Agente de contratação público, perfeitamente legíveis, no prazo de até 02 (duas) horas após a convocação.

14.6 – O Agente de contratação público reserva-se o direito de solicitar dos Licitantes Interessados, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhes prazo para atendimento.

14.7 – A falta de quaisquer dos documentos exigidos no Edital, após o prazo determinado, implicará inabilitação do Licitante Interessado, sendo vedada, sob qualquer pretexto, a concessão de novo prazo para apresentação da documentação exigida para a habilitação.

## **15 - NOTA DE EMPENHO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

15.1 – Esta licitação é um Registro de Preço, os valores são registrados no sistema conforme a ata da sessão.

15.2 - Após a homologação da licitação será enviado por e-mail a ata de registro de preços, e quando da compra, será emitido a Nota de Empenho ou Instrumento equivalente, conforme solicitação do setor requisitante;

15.3-A Licitante Vencedora deverá manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

15.4-Durante a vigência da ata, a fiscalização será exercida por 01 (um) representante do SAAE, denominado em Portaria e conforme Termo de Referência (anexo I), ao qual competirá registrar em relatório todas as ocorrências e as deficiências verificadas e dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução contratual, de tudo dando ciência ao Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Promissão/SP.

## **16 - DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO**

16.1-Conforme Art. 84 da Lei Federal nº 14.133/21, o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses** e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

## **17- DO REAJUSTE E ALTERAÇÃO**

17.1-O preço pelo qual será contratado o objeto não será reajustado em sua vigência.

17.2-Poderá haver pedido de reequilíbrio que deverá(ão) ser solicitado nos termos da Lei em processo levado a termo a ser analisado pela Prefeitura, no prazo máximo de cinco (5) dias úteis, observado o disposto nos casos enquadrados no Artigo 124, II, “d” da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e/ou com base nos preços praticados na cidade, ou outro que vier substituir, bem como apresentação de Notas Fiscais de compras do licitante.

17.3-O objeto da presente contratação poderá ser aditivado ou suprimido até o limite previsto no artigo 125, da Lei Federal nº 14.133/2021.

17.4-A não concessão do reequilíbrio de preço, não implica em justificativa para recusa na entrega do objeto.

## **18 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA DETENTORA**

18.1-As obrigações da Contratante e da DETENTORA são as estabelecidas no Termo de Referência.

## **19 - DO RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

19.1 - Os critérios de recebimento e aceitação do objeto estão previstos no Termo de Referência (Anexo I).

19.2–No ato da entrega será realizado o recebimento provisório do objeto, para efeito de posterior verificação da sua conformidade com as especificações deste edital pelo fiscal determinado conforme portaria.

19.3-O recebimento definitivo, será realizado no prazo de até **10 (dez) dias**, pelo gestor, contados do recebimento provisório e somente será efetivado após verificação da conformidade do objeto.

19.4-Se, após o recebimento provisório, constatar-se que os produtos foram entregues em desacordo com a proposta, com defeito, fora de especificação ou incompletos, o fornecedor será notificado por escrito. Nesse caso, serão interrompidos os prazos de recebimento e suspenso o pagamento até que sanada a situação, quando ocorrerá um novo recebimento provisório e o reinício de contagem dos prazos.

## **20 - DO PAGAMENTO**

20.1-O pagamento será efetuado **EM ATÉ 30 (trinta) DIAS CONTADOS A PARTIR DO ACEITE DEFINITIVO PELO FISCAL DO SETOR SOLICITANTE APÓS VERIFICAÇÃO SE OS PRODUTOS FORNECIDOS ESTÃO EM CONSONÂNCIA COM O TERMO DE REFERÊNCIA E COM SEUS ANEXOS** e, recebimento da Nota Fiscal/Fatura, pelo fornecimento do objeto, quando devidamente solicitado e entregue, a Contratante pagará à licitante vencedora o valor constante em sua proposta comercial, sem qualquer bônus ou acréscimo mediante:

a- boleto bancário

b-transferência bancária

c- depósito em conta corrente

20.1.1 – Dúvidas e informações poderão ser encaminhadas através do e-mail: [licitacao@saaepromisso.com.br](mailto:licitacao@saaepromisso.com.br)

20.2 - A adjudicatária deverá emitir a(s) Nota(s) Fiscal(is) Eletrônica(s) – DANFE(S) conforme normas previstas pelo Protocolo ICMS nº 85 de 2010, aprovado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária–CONFAZ, descrevendo obrigatoriamente no corpo da mesma:

20.2.1-O recebimento definitivo fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela DETENTORA e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

20.3 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a DETENTORA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

## **20.4 - OBRIGATÓRIO**

**a- RETENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA NAS NOTAS FISCAIS, AS FATURAS E OS RECIBOS (INSTRUÇÕES NORMATIVAS RFB Nº 1.234/2012 E Nº 2.145/2023)7**

**b- RETENÇÃO DO I.R. DEVERÁ SER DESTACADA NO CORPO DO DOCUMENTO FISCAL OBSERVANDO OS PERCENTUAIS ESTABELECIDOS NA COLUNA 02-IR DO ANEXO I DA INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1.234/2012**

20.5-Enviar a(s) Nota(s) Fiscal(is) Eletrônica(s) – DANFE(S) para o Setor de Finanças através do e-mail: tesouraria@saaepromissao.com.br

20.6-Nos preços propostos deverão estar inclusos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: embalagem, impostos, taxas, garantia, fretes, transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação, não cabendo à Municipalidade, nenhum custo adicional.

20.7-No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice utilizado para correção anual dos tributos municipais.

20.8-No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

20.9-O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

20.10-O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do registro de preço.

20.11-O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime.

20.12-Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

20.13-O SAAE pode deduzir, do montante a pagar, os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela DETENTORA, nos termos deste edital.

20.14-A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Detentora, que porventura não tenha sido acordada na Ata.

20.15-Não haverá antecipação de pagamento para a execução do objeto desta Ata, para efeito do artigo 145, da Lei Federal nº 14.133/21.

## **21 - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- A licitante e a empresa DETENTORA que cometer qualquer infração ou descumprimento do previsto no registro de preço deverá ficar sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções no artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, qual seja:
  - - Advertência – inciso I, quando dar causa a inexecução parcial do registro de preço;
  - - Multa de até 10% sobre o valor total previsto ou registro de preço, quando descumprido qualquer cláusula do edital ou do registro de preço, que não a entrega do objeto - inciso II;
  - - Multa de até 0,5% (meio por cento) ao dia, do valor total da ata, caso haja atraso na entrega do objeto, ainda que o atraso seja em quantidade parcial ao solicitado, limitado a 30% (trinta por cento), inciso II e § 3º, art.156, da Lei Federal nº 14.133/2021;
  - - Impedimento de licitar e contratar com a CONTRATANTE pelo prazo de até 03 (três) anos – inciso III, quando cometido as infrações previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155;
  - - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 03 (três) anos, quando cometido as infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo;
- As sanções das alíneas ‘b’ e ‘c’ não poderão ser aplicadas, sem que seja garantida o exercício de prévia e ampla defesa pelo prazo de 15 (quinze) dias uteis, artigo 157, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- As sanções das alíneas ‘d’ e ‘e’ não poderão ser aplicadas, sem que seja aberto processo de responsabilização, garantido o exercício de prévia e ampla defesa pelo prazo de 15 (quinze) dias uteis, artigo 157, da Lei Federal nº 14133/2021;
- A aplicação das sanções deverá ser precedida de análise jurídica e somente pelo SAAE, conforme § 6º, do artigo 156, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- A sequência do rol previsto nas alíneas do subitem (1), não é obrigatório, podendo ser aplicada a sanção mais severa em conformidade com a falha cometida pelo CONTRATADO;
- A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções;
- Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta da DETENTORA, o SAAE poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil;
- A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade;

- O registro de preço poderá ser cancelado de pleno direito total ou parcialmente, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem que a DETENTORA assista o direito a qualquer indenização, se esta:
  - Falir, entrar em concordata ou ocorrer dissolução da sociedade.
  - Sem justa causa, e prévia comunicação ao SAAE, suspender a execução dos serviços. – Infringir qualquer cláusula desta Ata e/ou da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021;
- O cancelamento do registro de preço poderá ainda ocorrer quando houver outros agravantes na forma da lei.

## **22 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

22.1 - **Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura** da sessão pública, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão.

22.1.1 - Caberá ao Agente de contratação público decidir sobre a petição no prazo de até **3 (três) dias úteis após solicitação**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

22.1.2 - Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, observando-se as exigências quanto à divulgação das modificações no Edital.

22.2 - Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

22.3 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Agente de contratação público em contrário.

22.4-É facultado ao Agente de contratação público ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

22.5-No julgamento da habilitação e das propostas, o Agente de contratação público poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em Ata acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

22.6 - A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.7 - A Autoridade Competente para a aprovação do procedimento licitatório poderá revogá-lo em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado.

22.8 - Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração Pública não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.9 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus ANEXOS, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração Pública.

22.10 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do Licitante Interessado, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.11 - As normas que disciplinam este Pregão Eletrônico serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração Pública, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.12 - Em caso de divergência entre disposição do Edital e das demais peças que compõem o processo, prevalece a previsão do Edital.

22.13- Poderá ser obtido o edital no SAAE, na Rua Roque Francisco da Cunha, nº 19 CEP 16.370-000, Sala de licitações, nos dias úteis, no horário das 08:00 h às 11:00 h e das 13:00 h às 16:00 h (**HORÁRIO OFICIAL DE ATENDIMENTO**), mesmo endereço e período no qual os autos do Processo Administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

22.15- Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei Federal nº 14.133/21, Lei Federal nº 8.078/1990-Código de Defesa do Consumidor, da Lei Complementar Federal nº 123/06, além de jurisprudências e súmulas dos Tribunais de Contas do Estado e da União.

22.16 - Fica eleito o Foro da Comarca de Promissão, renunciando a outros por mais privilegiados que sejam, para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente Edital.

Promissão/SP, 30 de abril de 2026.

**THIAGO AUGUSTO DE SOUSA FERREIRA**  
**Diretor Geral**

**ANEXO I**  
**MODELO DE PROPOSTA**

**OBJETO:** Registro de Preço pra aquisição de concreto estrutural usinado, nas resistências características de Fck 15 MPa, 20 MPa, 25 MPa e 30 MPa, conforme especificações da Associação Brasileira de Normas Técnicas, em especial a NBR 8953, bem como a aquisição de pó de pedra, conforme a NBR 7211:2019, e de 3.000 m<sup>3</sup> de BGS (Brita Graduada Simples), conforme especificação técnica do Departamento de Estradas de Rodagem de São Paulo, ET-DE-P00/008 A, conforme descrições contidas no Termo de Referência incluídos no processo

Item	Descrição	UN de medida	Quantidade	V.Unit	V.Total
01	Concreto Estrutural FCK 15 Mpa - Vol	M <sup>3</sup>	3.000		
02	Concreto Estrutural FCK 20 Mpa - Vol	M <sup>3</sup>	3.000		
03	Concreto Estrutural FCK 25 Mpa - Vol	M <sup>3</sup>	3.000		
04	Concreto Estrutural FCK 30 Mpa - Vol	M <sup>3</sup>	3.000		
05	Pó de Pedra	M <sup>3</sup>	3.000		
06	BGS (Brita Graduada Simples)	M <sup>3</sup>	3.000		

**VALOR TOTAL DA PROPOSTA:****VALIDADE DA PROPOSTA:****PRAZO DE ENTREGA:**

OBS: A ENTREGA DOS PRODUTOS OCORRERÁ POR CONTA DA CONTRATADA.

**ASSINATURA**  
**CARGO DO RESPONSÁVEL PELA PROPOSTA**

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. OBJETO:

Termo de Referência com finalidade de aquisição de 3000 m<sup>3</sup> de concreto estrutural, brita 1 ou 2, Fck 15 Mpa, 20 Mpa, 25Mpa e 30 Mpa conforme especificações técnicas NBR 8953, 3000m<sup>3</sup> de Pó de Pedra conforme NBR 7211/2019 (Agregados para Concreto) e 3000m<sup>3</sup> de BGS com alta resistência e durabilidade conforme DER /SP ET-DE-P00/008 A, para utilização em diversas frentes, principalmente em reparos de ligações de água e esgoto na calçada, construção de PV para esgoto.

Local da obra: Rua Roque Francisco da Cunha, nº 19 – Centro Promissão/SP.

### 2. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO:

O objetivo do presente Termo de Referência tem a finalidade de adquirir concreto estrutural, Fck 15 Mpa, 20 Mpa, 25Mpa e 30 Mpa, 3000 m<sup>3</sup> conforme especificações técnicas NBR 8953, Pó de Pedra conforme NBR 7211/2019 (Agregados para Concreto) e 3000m<sup>3</sup> de BGS com alta resistência e durabilidade conforme DER /SP ET-DE-P00/008 A, para utilização em diversas frentes, principalmente em reparos de ligações de água e esgoto na calçada, construção de PV para esgoto.

Item	Descrição	UN de medida	Quantidade
01	Concreto Estrutural FCK 15 Mpa - Vol	M <sup>3</sup>	3.000
02	Concreto Estrutural FCK 20 Mpa - Vol	M <sup>3</sup>	3.000
03	Concreto Estrutural FCK 25 Mpa - Vol	M <sup>3</sup>	3.000
04	Concreto Estrutural FCK 30 Mpa - Vol	M <sup>3</sup>	3.000
05	Pó de Pedra	M <sup>3</sup>	3.000
06	BGS (Brita Graduada Simples)	M <sup>3</sup>	3.000

### 3. JUSTIFICATIVA:

- Devido aos atendimentos em reparos ou ligações novas de esgoto e água, construção de PV em rede de esgoto, há necessidade dessa aquisição para agilidade no processo e custo benefício.

### 4. CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA:

- O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e ou cotações em empresas do ramo, observada a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto;

#### **5. CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DO OBJETO:**

- Devem ser atendidas todas as exigências descritos nas especificações deste termo de referencia
- Os materiais serão aceitos e conferidos pela contratante e mediante nota fiscal, atendidas as especificações e condições do fabricante de garantias das Normas vigentes de cada produto adquiridos;
- Independente da descrição da proposta do fornecedor, a especificação técnica deverá ser comprovada através de documento como nota fiscal;
- Itens em desacordo com as especificações exigidas, não serão aceitos, ficando ao encargo da DETENTORA a substituição;
- Materiais não compatíveis com as especificações não serão aceitos.
- Emissão de ensaios técnicos com laudos de rompimento dos corpos de prova para o concreto conforme a NBR 5739, 7 e 28 dias.

#### **6. DOCUMENTOS PARA FINS DE HABILITAÇÃO:**

Serão exigidas as documentações de acordo com a lei Federal 14.133/2021.

#### **7. VALOR ESTIMADO:**

- O custo estimado da contratação será apurado nos termos do artigo 23, da Lei Federal nº 14.133/2021, o qual será mantido em caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas, sob a justificativa de não permitir eventual frustração da competitividade.

#### **8. POSSIBILIDADE DE SUBCONTRATAÇÃO:**

- Não se aplica nesta aquisição, pois as empresas participantes desta licitação apresentarão a realidade de seus custos e margens para fornecimento do seu CNPJ não sendo de outra. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **9. GARANTIAS:**

- As garantias dos materiais adquiridos serão os de fabricação de acordo com a qualificação específica e da norma vigente de cada produto.

#### **10. INDICAÇÃO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

- As despesas para a cobertura da presente contratação deverão patrocinadas conforme previsão orçamentária para o atual exercício, cuja existência de dotação e recursos financeiros deverão ser verificados após a apuração do valor estimado.

#### **11. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO**

- Os produtos deverão ser entregues no local definido pela AUTARQUIA no prazo máximo de 05 (cinco) dias uteis contados da solicitação enviada via e-mail.

#### **12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.**

- Notificar a licitante vencedora quanto à requisição do fornecimento mediante envio da Nota de Empenho, a ser repassada via e-mail para a licitante vencedora;
- Permitir acesso dos empregados da licitante vencedora às suas dependências para o fornecimento do material;

- Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela licitante vencedora;
- Efetuar os pagamentos devidos pelo fornecimento do objeto, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências deste Termo de Referência;
- Exercer a fiscalização sobre os materiais fornecidos, observando preços, quantitativos e as especificações do material;
- Comunicar oficialmente à licitante vencedora qualquer irregularidade encontrada no fornecimento, bem como quaisquer falhas verificadas no cumprimento do disposto neste Termo de Referência;
- Solicitar a troca dos produtos que não atenderem às especificações do objeto;
- A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela DETENTORA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de registro de preço, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da DETENTORA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### 13. OBRIGAÇÕES DA DETENTORA.

- Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local;
- Respeitar as normas e procedimentos de controle interno do SAAE;
- Efetuar a troca dos produtos que não atenderem às especificações do objeto, no prazo assinado estipulado pela Administração;
- Comunicar à Administração do SAAE qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados;
- Manter, no período de registro de preço, as condições de habilitação;
- A vencedora caberá assumir a responsabilidade por:
  - Descarga do material no ato da entrega, sem ônus para a contratante;
  - À licitante vencedora caberá assumir a responsabilidade por:
    - A veiculação de publicidade acerca do registro de preço, salvo se houver prévia autorização da Administração do SAAE.
  - A subcontratação de outra empresa para a execução do objeto deste Pregão;
  - Notificar a licitante vencedora quanto à requisição do fornecimento mediante envio da Nota de Empenho, a ser repassada via fax ou e-mail para a licitante vencedora.

### 14. FISCALIZAÇÃO.

- Será designado representante para acompanhar e fiscalizar a execução.
- O presente registro de preço terá como fiscal o Sr. **JOSÉ APHONSO DEBREIX RODRIGUES**, que acompanhará e fiscalizará a execução do presente registro de preço, devendo informar a inexecução total ou parcial deste termo ao Gestor do registro de preço, o servidor Sr. **CLOVIS APARECIDO DO NASCIMENTO**, nos termos do Artigo 117 da Lei Nº 14.133/2021.

### 15. DO PAGAMENTO.

- O pagamento será realizado no prazo acordado em registro de preço e em no máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicadas pelo contratado;

- O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime;
- No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;
- Não será permitida a antecipação de pagamento anterior a entrega do objeto.

#### **16. DO REAJUSTE, REEQUILIBRIO, REPACTUAÇÃO**

- O preço pelo qual será contratado o objeto não será reajustado em sua vigência.
- Poderá haver pedido de reequilíbrio que deverá(ão) ser solicitado nos termos da Lei em processo levado a termo a ser analisado pela Prefeitura, no prazo máximo de cinco (5) dias úteis, observado o disposto nos casos enquadrados no Artigo 124, II, “d” da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e/ou com base nos preços praticados na cidade, ou outro que vier substituir, bem como apresentação de Notas Fiscais de compras do licitante.
- -O objeto da presente contratação poderá ser aditivado ou suprimido até o limite previsto no artigo 125, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- A não concessão do reequilíbrio de preço, não implica em justificativa para recusa na entrega do objeto.

#### **17. DAS SANÇÕES.**

- A licitante e a empresa DETENTORA se cometer qualquer infração ou descumprimento do previsto no registro de preço deverá ficar sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções no artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, qual seja:
  - - Advertência – inciso I, quando dar causa a inexecução parcial do registro de preço;
  - - Multa de até 10% sobre o valor total previsto ou registro de preço, quando descumprido qualquer cláusula do edital ou do registro de preço, que não a entrega do objeto - inciso II;
  - - Multa de até 0,5% (meio por cento) ao dia, do valor total da ata, caso haja atraso na entrega do objeto, ainda que o atraso seja em quantidade parcial ao solicitado, limitado a 30% (trinta por cento), inciso II e § 3º, art.156, da Lei Federal nº 14.133/2021;
  - - Impedimento de licitar e contratar com a CONTRATANTE pelo prazo de até 03 (três) anos – inciso III, quando cometido as infrações previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155;
  - - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 03 (três) anos, quando cometido as infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo;

- As sanções das alíneas “b” e “c” não poderão ser aplicadas, sem que seja garantida o exercício de prévia e ampla defesa pelo prazo de 15 (quinze) dias uteis, artigo 157, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- As sanções das alíneas “d” e “e” não poderão ser aplicadas, sem que seja aberto processo de responsabilização, garantido o exercício de prévia e ampla defesa pelo prazo de 15 (quinze) dias uteis, artigo 157, da Lei Federal nº 14133/2021;
- A aplicação das sanções deverá ser precedida de análise jurídica e somente pelo SAAE, conforme § 6º, do artigo 156, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- A sequência do rol previsto nas alíneas do subitem (1), não é obrigatório, podendo ser aplicada a sanção mais severa em conformidade com a falha cometida pelo CONTRATADO;
- A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções;
- Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta da DETENTORA, o SAAE poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil;
- A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade;
- O registro de preço poderá ser cancelado de pleno direito total ou parcialmente, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem que a DETENTORA assista o direito a qualquer indenização, se esta:
  - Falir, entrar em concordata ou ocorrer dissolução da sociedade.
  - Sem justa causa, e prévia comunicação ao SAAE, suspender a execução dos serviços. – Infringir qualquer cláusula desta Ata e/ou da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021;
- O cancelamento do registro de preço poderá ainda ocorrer quando houver outros agravantes na forma da lei.

#### 18. VIGÊNCIA CONTRATUAL.

O prazo de vigência da ata de registro de preço será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, nos termos do artigo 84, da Lei Federal nº 14133/2021, observando a faculdade de aplicação de reajuste nos termos do artigo 85, da mesma lei.

Promissão, 30 abril de 2026.

**José Aphonso Debreix Rodrigues**  
**Engº Civil- CREA nº 5069697342 – SP**  
**Diretor Técnico**



## ANEXO II

### MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

(APRESENTAR NO CREDENCIAMENTO)

(papel timbrado da licitante)

### EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº ----/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº ----/2026

**MODALIDADE:** PREGÃO ELETRÔNICO (Registro de Preço)

**TIPO:** MENOR PREÇO UNITÁRIO

Registro de Preço pra aquisição de concreto estrutural usinado, nas resistências características de Fck 15 MPa, 20 MPa, 25 MPa e 30 MPa, conforme especificações da Associação Brasileira de Normas Técnicas, em especial a NBR 8953, bem como a aquisição de pó de pedra, conforme a NBR 7211:2019, e de 3.000 m<sup>3</sup> de BGS (Brita Graduada Simples), conforme especificação técnica do Departamento de Estradas de Rodagem de São Paulo, ET-DE-P00/008 A, conforme descrições contidas no Termo de Referência incluídos no processoF

### **Ao Agente de Contratação e Equipe de Apoio**

### **Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Promissão/SP**

Pelo presente instrumento, a empresa ....., CNPJ nº ....., com sede na ....., através de seu representante legal infra-assinado, que:

( ) Declara, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se **enquadra na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014**, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação. (\*)

(\*) Marcar este item caso se enquadre na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

-Declaramos, sob as penas da lei, que atende plenamente os requisitos de habilitação constantes no edital referente ao PREGÃO ELETRÔNICO nº ----/2026, inclusive quanto a autenticação via certificado digital dos documentos apresentados nesta condição

- Declaramos, para os fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, não empregamos menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos de idade.
- Declaramos, para os fins que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- Declaramos, para os fins que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.
- Declaramos, para todos os fins de direito, que verificamos atentamente e compreendemos as condições e as disposições contidas no Edital e seus anexos e manifestamos nosso acordo com as mesmas.
- Declaramos, para os devidos fins que não possuímos em nosso quadro societário e de empregados, servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;
- Comprometo-me a manter durante a execução do registro de preço, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- Declaramos, para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o responsável legal da empresa é o Sr....., Portador do RG sob nº ..... e CPF nº ..... cuja função/cargo é.....(sócio administrador/procurador/diretor/etc), **responsável pela assinatura da Ata de Registro de Preços.**
- Declaramos, para os devidos fins que a Conta Corrente p/ Depósito: ..... Banco: ..... Agência:.....
- Declaramos, para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, encaminhar a Ata de Registro de Preços assinado para o seguinte endereço:

**E-mail:**



---

**Telefone:** ( )

**Cidade:** ..... **Bairro:**..... **Rua:**..... **n°** ..... **CEP:**.....

Caso altere o citado e-mail, telefone ou endereço comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Departamento de Licitações deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos

Nomeamos e constituímos o senhor....., portador do CPF/MF sob n.º....., para ser o responsável para acompanhar a execução do registro de preço, referente ao **PREGÃO ELETRÔNICO Nº ----/2026** e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e no registro de preço.

..... de 2026.

: \_\_\_\_\_  
**Assinatura do Responsável pela Empresa**  
**(Nome Legível/Cargo)**

### ANEXO III

Minuta da Ata de Registro de Preços  
Processo n° .....  
Pregão Presencial n° .....

Aos ..... dias do mês de ..... do ano de dois mil e vinte e cinco, nesta cidade de Promissão/SP, no Estado do São Paulo, de um lado o **SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PROMISSÃO - SAAE**, pessoa jurídica de direito público, sita à Rua Roque Francisco da Cunha n° 19, nesta cidade de Promissão, Estado de São Paulo, inscrita no C.N.P.J. sob n° 44.558.849/0001-50 e Inscrição Estadual sob n.º 564.075.869.112, neste ato representada por seu DIRETOR, Sr. **THIAGO AUGUSTO DE SOUSA FERREIRA**, portador do RG: n° 47.965.610-1 e CPF/MF n.º 393.855.648-03 e a Empresa ....., pessoa jurídica de direito privado, sita na (ENDEREÇO), inscrita no C.N.P.J. sob n° ..... e Inscrição Estadual n° ....., Inscrição Municipal n° ..... neste ato representada por seu **(CARGO)**, Sr. ...., portador do R.G. n° ....., inscrito no CPF-MF n° ....., residente e domiciliado na (ENDEREÇO), a seguir denominada DETENTORA, nos termos do nos termos do Artigo 40, da Lei Federal n° 14.133 de 1º de abril de 2021, em face da classificação das propostas apresentada no **PREGÃO PRESENCIAL N°** ....., de ..... de ..... de 2026, levado a efeito através do Processo Licitatório n.º ....., devidamente homologada e publicada no Diário Oficial do Município, resolve **REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa classificada em primeiro lugar, observadas as condições do Edital que rege o Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

**1.1** A presente Ata tem por objeto o Registro de Preço pra aquisição de concreto estrutural usinado, nas resistências características de Fck 15 MPa, 20 MPa, 25 MPa e 30 MPa, conforme especificações da Associação Brasileira de Normas Técnicas, em especial a NBR 8953, bem como a aquisição de pó de pedra, conforme a NBR 7211:2019, e de 3.000 m<sup>3</sup> de BGS (Brita Graduada Simples), conforme especificação técnica do Departamento de Estradas de Rodagem de São Paulo, ET-DE-P00/008 A, conforme descrições contidas no Termo de Referência incluídos no processo

**1.2** Da descrição dos produtos da **DETENTORA DA ATA:**

.....  
Valor unitário...

**1.2.1** Valor total da Ata de Registro de Preços **R\$...**

**1.3** Este instrumento de registro de preços não obriga a Administração a firmar as contratações com a Detentora da Ata, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurados, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, Artigo 40, da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

**1.3.1** **Constitui parte integrante da presente ATA DE REGISTRO**, independentemente de sua transcrição, **o Anexo I (Termo de Referência)** bem como **a proposta da Detentora da ATA**, para todos os efeitos legais.

## **CLÁUSULA SEGUNDA-DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS, DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

**2.1-**A presente Ata terá validade por 01 (um) ano, a partir de sua assinatura e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme o Artigo 84, da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, oportunidade em que os quantitativos iniciais serão relançados, nos termos do Enunciado nº 17, do IPCA

**2.2-**Havendo a prorrogação e, decorridos 01(um) ano da execução, a DETENTORA poderá, através de requerimento específico, solicitar a correção das bases contratuais, pedido que será recebido e analisado pela Administração que, em sendo acolhido, autorizará a correção pelo índice do IPCA/IBGE relativo ao período.

**2.3-**É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 125, da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

**2.4-** O presente registro de preço terá como fiscal o Sr. **JOSÉ APHONSO DEBREIX RODRIGUES**, que acompanhará e fiscalizará a execução do presente registro de preço, devendo informar a inexecução total ou parcial deste termo ao Gestor do registro de preço, o servidor Sr. **CLOVIS APARECIDO DO NASCIMENTO**, nos termos do Artigo 117 da Lei Nº 14.133/2021

## **CLÁUSULA TERCEIRA-DO PRAZO, LOCAL DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO**

**3.1** Os produtos objeto desta Ata, deverão ser entregues nos locais indicados no termo de referência.

**3.2** A detentora da Ata de Registro de Preços deverá atender as solicitações da autarquia Municipal solicitante, no prazo de 05 (**CINCO**) **dias uteis** contados do momento do recebimento da solicitação, confirmação por e-mail ou contato telefônico, seguindo rigorosamente as quantidades solicitadas.

**3.2.1-**Os prazos de que tratam o item 3.2 poderão ser prorrogados uma vez, por igual período, quando solicitado pelo convocado durante o transcurso do prazo e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

## **CLAUSULA QUARTA - RECEBIMENTO DO OBJETO E GARANTIA**

**4.1** O objeto desta Ata de Registro de Preços será dado como recebido conforme:

**4.1.1 Provisoriamente**, na apresentação dos produtos, devendo neste momento ser realizada conferência dos itens, se identificada a conformidade com o documento que o acompanha, o romaneio é assinado.

**4.1.2-Definitivamente**, após a verificação das especificações técnicas, da qualidade e da quantidade dos itens. Caso confirmada a conformidade com as especificações técnicas, a Nota Fiscal será atestada pela área responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução.

**4.1.3-Administração** rejeitará, no todo ou em parte, os fornecimentos executados em desacordo com o disposto no Termo de Referência. Se, após o recebimento provisório, constatar-se que os fornecimentos foram realizados em desacordo com o especificado, com defeito ou incompleto, a empresa fornecedora será notificada para que providencie, dentro do prazo a ser determinado, a correção necessária.

**4.1.4-**Em caso de produto entregue em desconformidade com o especificado, ou com defeito, será determinado um prazo, pela Administração, para que a DETENTORA DA ATA faça a substituição. Este prazo iniciar-se-á a partir da data da notificação da DETENTORA. A DETENTORA DA ATA ficará obrigada a substituir, às suas expensas, o item do objeto que for recusado.

**4.1.5-**A fiscalização da entrega dos produtos será efetuada pelo responsável da solicitante/participante da ATA no ato do seu recebimento, conforme previsão da Ata ou documento equivalente.

**4.2-** O objeto desta Ata de Registro de Preços serão dados como recebido conforme:

**4.2.1-**Independentemente da aceitação, a empresa fornecedora deverá garantir a qualidade dos produtos fornecidos pelo prazo de garantia, obrigando-se a substituir no prazo determinado pela Administração, às suas expensas, aquele que apresentar falha ou defeito durante o recebimento e o período de cobertura da garantia, sempre observado o disposto em edital deste Edital.

**4.2.2-**Na **hipótese de substituição**, o contratado deverá fazê-la em conformidade com a indicação da solicitante, no **prazo máximo de 05 (cinco) dias**, contados da notificação por escrito, mantidos o preço inicialmente contratado.

**4.3-**A garantia dos materiais será de acordo com a indicação no próprio item e na proposta da DETENTORA, observado os itens 4.2.1 desta Ata de Registro de Preços e no Edital.

## **CLÁUSULA QUINTA-DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA E CONTRATANTE**

**5.1-Os produtos deverão estar em conformidade com as normas vigentes.**

Na entrega serão verificadas quantidades e especificações conforme descrição do termo de referência, bem como estado de conservação dos produtos e embalagens. Todos os produtos serão recebidos e conferidos por servidor (es) designado (s) da Autarquia Municipal.

**5.2-A** detentora da ata deverá entregar, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, **a mesma marca dos produtos apresentados na proposta.**

**5.3-** A detentora da ata deverá responsabilizar-se e arcar por quaisquer taxas ou emolumentos concernentes ao objeto da presente licitação, bem como demais custos, encargos inerentes e necessários para a completa execução das obrigações assumidas.

**5.4-A** detentora da ata deverá manter durante toda a execução do registro de preço, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**5.5.** Além das obrigações dispostas nessa cláusula, inclui todas aquelas previstas no termo de referencia e no edital.

## **CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO**

**6.1-** Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, contados a partir da apresentação da Nota Fiscal, após o recebimento definitivo do objeto, através de transferência eletrônica para a conta bancária da DETENTORA DA ATA indicada na sua proposta.

**6.1.1-** O respectivo pagamento somente será efetuado após efetivo cumprimento das obrigações assumidas decorrentes da contratação e recebido o produto nos termos previstos no Edital (termo de referência) e na presente ATA.

**6.2-** As notas fiscais deverão ser entregues no momento da entrega do produto, ao funcionário que receber a mercadoria, ficando o mesmo responsável por entregar a nota fiscal no Setor financeiro com a devida anuência do recebimento.

### **6.3 CRITÉRIOS PARA EMISSÃO DA NOTA FISCAL:**

**6.3.1-** O faturamento deverá ser feito através de nota fiscal eletrônica da empresa que participou da licitação emitida: a **Autarquia Municipal, contendo todos os dados da mesma.**

**6.3.2** No corpo da Nota Fiscal deverá conter:

**6.3.2.1** – A modalidade e o número da Licitação;

**6.3.2.2** – O número da Ata de registro de preço firmado;

**6.3.2.3** – Número do item e descrição do produto;

**6.3.2.4-** A descrição do produto na Nota Fiscal, deverá obrigatoriamente, ser precedida da descrição constante da Ata de Registro de Preços;

**6.3.2.5** Valor unitário (conforme a Ata de Registro de Preços), forma de apresentação e valor total;

**6.3.2.6-** O Banco, número da agência e da conta corrente da DETENTORA DA ATA.

**6.4-** Os pagamentos decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação ocorrerão por conta dos Recursos vinculados a própria autarquia, atendidos pela dotação do orçamento vigente.

**6.4.1-** Em exercícios futuros, correspondentes à vigência da Ata, a despesa ocorrerá a conta de dotações orçamentárias próprias para atendimento de despesas da mesma natureza.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE, REEQUILÍBRIO OU REPACTUAÇÃO**

7.1. Durante a vigência da ata, os valores não serão reajustados, podendo haver pedido de reequilíbrio que deverá ser solicitado nos termos da Lei em processo levado a termo a ser analisado pela Autarquia, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, observado o disposto nos casos enquadrados no Artigo 124, II, “d” da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e/ou com base nos preços praticados na cidade, ou outro que vier substituir, bem como apresentação de Notas Fiscais de compras do licitante.

- a) Em hipótese alguma haverá aplicação de reequilíbrio de preço para pedidos já efetuados pela administração.
- b) a não concessão do reequilíbrio de preço, não implica em justificativa para recusa na entrega do objeto.
- c) o reequilíbrio de preço somente poderá ocorrer quando demonstrado as ocorrências previstas em lei.

7.2. Havendo a prorrogação e, decorridos 01(um) ano da execução, a detentora poderá, através de requerimento específico, solicitar a correção das bases dos preços registrados, pedido que será recebido e analisado pela Administração que, em sendo acolhido, autorizará a correção pelo índice do IPCA/IBGE relativo ao período, observando que eventual reequilíbrio ou repactuação deverá ser considerado na análise do reajuste.

7.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o do art. 125, da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

7.4. Os preços registrados poderão ser suspensos ou cancelados nos seguintes casos:

- a) Pela Autarquia Municipal, quando for por este julgado que o fornecedor esteja definitivo ou temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da licitação que deu origem ao registro de preços ou pela não observância das normas legais;
- b) Pelo fornecedor, quando, mediante solicitação por escrito, demonstrar que está definitiva ou temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da licitação e devidamente aceita pela Autarquia Municipal, nos termos legais.
- c) Por relevante interesse da Autarquia Municipal, devidamente justificado.

7.5. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa conforme a Lei Federal n.º 14.133 de 1º de abril de 2021.

## **CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES**

**8.1.** A detentora será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

**8.1.1** dar causa à inexecução parcial da ata de registro de preço;

**8.1.2** dar causa à inexecução parcial da ata de registro de preço que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**8.1.3** dar causa à inexecução total da ata de registro de preço;

**8.1.4** não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**8.1.5** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

**8.1.6** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a execução da ata de registro de preço;

**8.1.7** praticar ato fraudulento na execução da ata de registro de preço;

**8.1.8** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**8.1.9** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**8.2.** A detentora se cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções no artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, qual seja:

a) Advertência – inciso I, quando dar causa a inexecução parcial do registro de preço;

b) Multa de até 10% sobre o valor total da ata, quando descumprido qualquer cláusula do edital, da ata ou registro de preço, que não a entrega do objeto - inciso II;

c) Multa de até 0,5% (meio por cento) ao dia, do valor do registro de preço, caso haja atraso na assinatura do registro de preço, atraso na entrega dos produtos, ainda que seja parcial ao solicitado, limitado a 30% (trinta por cento).

d) Impedimento de licitar e contratar com a CONTRATANTE pelo prazo de até 03 (três) anos – inciso III, quando cometido as infrações previstas nos [incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155](#);

e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 03 (três) anos, quando cometido as infrações administrativas previstas nos [incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei](#), bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo.

**8.2.1**-A sanção de que trata a alínea “b” e “c”, não poderá ser aplicada sem que seja garantido o exercício de prévia e ampla defesa pelo prazo de 15 (quinze) dias úteis, artigo 157, da Lei Federal nº 14.133/2021

**8.2.2**-As sanções das alíneas “d” e “e” não poderá ser aplicada sem que seja aberto processo de responsabilização, garantido o exercício de prévia e ampla defesa pelo prazo de 15 (quinze) dias úteis, artigo 157, da Lei Federal nº 14.133/2021.

**8.2.3** - A aplicação das sanções deverá ser precedida de análise jurídica e somente pelo diretor Geral, conforme § 6º, do artigo 156, da Lei Federal nº 14133/2021.

**8.2.4-**A sequência do rol previsto nas alíneas do subitem 1, não é obrigatório, podendo ser aplicada a sanção mais severa em conformidade com a falha cometida pelo CONTRATADO.

**8.2.5-**A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções

**8.2.6-**Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta da Detentora da Ata, a Autarquia poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

**8.2.7-**A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade;

**8.8-**A ata poderá ser cancelada de pleno direito total ou parcialmente, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem que a detentora assista o direito a qualquer indenização, se esta:

**8.8.1-**Falir, entrar em concordata ou ocorrer dissolução da sociedade.

**8.8.2-**Sem justa causa, e prévia comunicação à Autarquia, suspender a execução dos serviços. 9.3 – Infringir qualquer cláusula desta Ata e/ou da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

**8.8.3-**Não cumprir ou cumprir irregularmente as cláusulas desta Ata, especificações ou prazos.

**8.8.4-**O cancelamento da ata poderá ainda ocorrer quando houver:

**8.8.5-**Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do objeto contratado.

**8.8.6-**Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditivo da execução da ata.

**8.8.7-**Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Autarquia.

## **CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DA ATA**

**9.1** A Ata poderá ser cancelada de pleno direito total ou parcialmente, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem que a DETENTORA DA ATA assista o direito a qualquer indenização, se esta:

**9.1.1** Falir, entrar em concordata ou ocorrer dissolução da sociedade.

**9.1.2** Sem justa causa, e prévia comunicação à Autarquia, suspender a execução dos serviços. 7.1.3 – Infringir qualquer cláusula desta Ata e/ou da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

**9.1.3** Não cumprir ou cumprir irregularmente as cláusulas desta Ata, especificações ou prazos.

**9.2** O cancelamento do Registro de Preços poderá ainda ocorrer quando houver:

**9.2.1** Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do objeto contratado.

**9.2.2** Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditivo da execução do registro de preço.

**9.2.3** Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Autarquia.

**9.3** A solicitação da DETENTORA DA ATA, para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, facultado à Autarquia a aplicação das penalidades previstas nesta Ata, caso não aceitas as razões do pedido.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO**

**10.1** Fica eleito o Foro desta Comarca de Promissão/SP, com exclusão de outro qualquer para dirimiras questões que surgirem referente a esta licitação, que não forem resolvidas por via administrativa, na forma do Código Civil.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**11.1** **A presente Ata de Registro de Preços será encaminhada através de correio eletrônico, para o endereço de e-mail disponibilizado pelo licitante na fase de habilitação, competindo ao Contratado a impressão e assinatura do instrumento em 02 (duas) vias, providenciando a entrega da via original no Departamento de Licitações da Autarquia Municipal em até 05 (cinco) dias úteis após o seu recebimento, salvo em caso de assinatura digital que poderá ser restituída por e-mail, no mesmo prazo.**

**11.2** A via do instrumento destinada ao Detentor da Ata de Registro de Preços, devidamente assinada pelo Contratante, será disponibilizada por correio eletrônico, na forma do item antecedente, ou para retirada no Paço Municipal a partir de 05 (cinco) dias após o protocolo da entrega das vias originais prevista no item anterior.

**11.3** A execução da Ata, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhes, supletivamente, os princípios de teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma estabelecida na Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

**11.4** Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se lhe todos os seus dispositivos, o edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº -----/2026** e a proposta da detentora da Ata conforme estabelece a Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, naquilo que não contrariar as presentes disposições.

**11.5** A Detentora da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no **PREGÃO ELETRÔNICO Nº ---/2026**.

**11.6** Nada mais havendo a ser declarado, foi dada por encerrada a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelas partes.

Promissão,.... de .... de 2026.

.....  
**DIRETOR GERAL**  
**THIAGO AUGUSTO DE SOUSA FERREIRA**

.....



**DETENTORA**

Testemunhas:

1-

2-

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:

## ANEXO IV

### TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO

**Contratante:** Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Promissão/SP

**DETENTORA:**  
**Ata de Registro de Preços n°:**

Registro de Preço pra aquisição de concreto estrutural usinado, nas resistências características de Fck 15 MPa, 20 MPa, 25 MPa e 30 MPa, conforme especificações da Associação Brasileira de Normas Técnicas, em especial a NBR 8953, bem como a aquisição de pó de pedra, conforme a NBR 7211:2019, e de 3.000 m<sup>3</sup> de BGS (Brita Graduada Simples), conforme especificação técnica do Departamento de Estradas de Rodagem de São Paulo, ET-DE-P00/008 A, conforme descrições contidas no Termo de Referência incluídos no processo

**Advogado(S)/ N°**  
**OAB/E-mail:**

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

#### 1. Estamos CIENTES de que:

- a. o ajuste acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b. poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução n° 01/2011 do TCESP;
- c. além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar n° 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d. Qualquer alteração de endereço – residencial ou eletrônico – ou telefones de contato deverá ser comunicada pelo interessado, peticionando no processo.



**2. Damos-nos por NOTIFICADOS para:**

- a. O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b. Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Promissão/SP, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026

**Autoridade Máxima do Órgão/Entidade:**

Nome:

Cargo:

CPF:

**Responsáveis pela Homologação do Certame ou Ratificação da  
Dispensa/Inexigibilidade de Licitação:**

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura:

**RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:**

**Pelo CONTRATANTE:**

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura:

**Pela DETENTORA:**

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura:

**Ordenador de Despesas da CONTRATANTE:**

Nome:

Cargo:

CPF:



---

---

**Assinatura:**

---

**Gestor(es) do registro de  
preço /Ata:**

**Nome:**

**Cargo:**

**CPF:**

**Assinatura:**

---

**Demais Responsáveis (1):**

**Tipo de ato sob sua  
responsabilidade:**

**Nome:**

**Cargo:**

**CPF:**

**Assinatura:**

---

---

---

(1) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. (inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021).



---

**ANEXO V**

**DADOS NECESSÁRIOS PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE  
PREÇO**

---

**DETENTORA**

---

**Razão Social:**

---

**CNPJ:**

---

**Inscrição Estadual:**

---

**Endereço:**

---

**E-mail Institucional:**

---

**Telefone:**

---

**Nome do Representante:**

(Responsável pela assinatura do registro de preço)

---

**Cargo:**

---

**CPF:**

---

**RG (órgão expedidor):**

---

**Data de Nascimento:**

---

**Endereço Residencial  
Completo:**

---

**E-mail Pessoal:**

---

**Telefone:**

---